

CONGLOMERADOS COOPERATIVOS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. ANÁLISE PRELIMINAR DA EXPERIÊNCIA COOPERATIVA DE MONDRAGÓN

Pedro Ivan Christoffoli, NECOOP/UFFS¹

pedroivanc@gmail.com

Gustavo Trento Christoffoli, NECOOP/UFFS²

gustavo_trento@hotmail.com

GT - Desenvolvimento Territorial

RESUMO

A Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM) inicia-se com a criação de uma cooperativa, em 1956, no País Basco, região norte do Estado Espanhol. Uma região arrasada pela Guerra Civil Espanhola (1936-39) onde se segue um período larguíssimo de ditadura militar e opressão aos povos espanhol e basco. Gradualmente surgem centenas de cooperativas e entidades variadas, formando um ecossistema altamente competitivo, capaz de elevar a região à de maior riqueza na Espanha e uma das três regiões da Europa com maior equidade de renda. Esse conglomerado cooperativo consegue produzir produtos e serviços de alta qualidade, em setores de ponta, convertendo-se na maioria das casos em empresas líderes de seus setores econômicos. O objetivo do artigo é analisar de forma introdutória essa experiência, desde uma perspectiva crítica, e buscar extrair lições que possam orientar políticas e ações para a consolidação da Economia Solidária brasileira bem como para a promoção do desenvolvimento territorial com perspectivas equitativas e sustentáveis.

Introdução

A Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM) surge com a criação da primeira de uma série de cooperativas, em 1956, no País Basco, região norte do Estado Espanhol. Uma região arrasada pela Guerra Civil Espanhola (1936-39) onde se segue um período larguíssimo de ditadura militar e opressão aos povos espanhol e basco. Frente ao

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB); Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Coordenador do Núcleo Avançado de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS). Pesquisa apoiada com recursos da CAPES

² Mestre em Direito (UFPR). Pesquisador Associado do NECOOP.

desemprego massivo e à emigração forçada de jovens e até mesmo de famílias inteiras, um jovem sacerdote inspira um movimento de criação de iniciativas empresariais cooperativas fortemente mescladas com um processo educativo calcado na criação de escolas comunitárias e no vínculo entre estas e as cooperativas. Desse processo surgem 266 empresas e entidades de variados tipos (sendo 98 cooperativas, 143 sociedades e filiais, 10 entidades de cobertura, 7 fundações, 1 mutual e 7 sociedades de serviços internacionais), formando um ecossistema altamente produtivo e competitivo (faturamento de 13,9 bilhões de Euros em 2017), que foi capaz de elevar a região à de maior riqueza de toda Espanha e sendo uma das três regiões de toda Europa com maior equidade de renda (MONDRAGÓN, 2018). Tudo isso é reconhecido como sendo obra, em grande medida, das cooperativas vinculadas à ECM.

A experiência cooperativa de Mondragón apesar de certas características histórico-culturais irreprodutíveis, possibilita ao nosso ver, extrair lições para estratégias assemelhadas, de desenvolvimento territorial com base na articulação de experiências da Economia Solidária, da mobilização social e da busca por modelos de desenvolvimento inseridos no vasto campo da sustentabilidade, como soam ser as propostas de construção agroecológica.

Esse artigo, busca esboçar elementos introdutórios de uma pesquisa conduzida no âmbito do Núcleo de Estudos em Cooperação da Universidade Federal da Fronteira Sul (NECOOP/UFFS) visando avaliar a parceria desenvolvida entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) a UFFS e a Experiência Cooperativa de Mondragón (através do Instituto LANKI/Mondragon Unibertsitatea e Mundukide Fundazioa) ao longo dos últimos dez anos. Para a realização da mesma contou-se com apoio em diversos momentos, do CNPq e da CAPES, além de entidades do governo basco.

Síntese histórica da experiência cooperativa autogestionária de Mondragón

É importante sublinhar, inicialmente, que o hoje impressionante desenvolvimento industrial de Mondragón não começou do zero; essa observação inicial mostra-se importante até mesmo para situar cada experiência histórica como produto também de estruturas sociais herdadas do passado, e não como algo que surge de um puro

voluntarismo de uma pessoa ou grupo bem intencionados. Como explicam WHYTE e WHYTE (1991, p. 25), a região de Mondragón já contava desde séculos com uma tradição industrial de produção de aço, e, nesse sentido, é caudatária de um longo percurso que se beneficiou inclusive da época do colonialismo (pela demanda por produção de armamentos e instrumentos navais), conforme atesta KASMIR (1996, p. 48).

Já no começo do século XX, uma grande companhia metalúrgica de propriedade familiar, a *Unión Cerrajera* (UC), se instalou na região e contribuiu enormemente para transformá-la em um distrito operário moderno, com conflitos laborais. Grandes greves, protestos e reivindicações formavam o caldo social local. A educação não constituía forma de ascensão social (de resto também muito limitada), pois as escolas públicas não disponibilizavam cursos profissionalizantes e a educação superior estava fora de questão aos trabalhadores (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 26). O suporte ao treinamento técnico estava limitado somente aos filhos dos empregados na empresa. Em suma, o cenário era de pobreza, desolação e falta de possibilidades.

Em 1941 o padre José María Arizmendiarieta assume a Paróquia de Mondragón, em um dos períodos em que a fome atingia seu ápice. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39), ficou ao lado dos republicanos contra os fascistas - não como combatente (por ser considerado inapto), mas como jornalista. Capturado pelas forças de Franco, preso por pouco mais de um mês, concluiu posteriormente o seminário (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 28).

Autodidata, estudante da doutrina social da igreja e de temas econômicos, foi imbricando-se cada vez mais no cotidiano e demandas dos trabalhadores locais, estimulando a criação de uma escola técnica que atendesse aos filhos de operários e propiciasse capacitação técnica. Essa escola constituiu a base para a formação de quadros políticos, organizadores das futuras cooperativas e foi mantida graças à contribuição voluntária da comunidade.

O próprio Arizmendi foi um dos professores, fato que facilitou a disseminação de seus ideais e suas críticas à forma com que a empresa (UC) que dominava a região e explorava seus trabalhadores. O padre tentou convencer a direção da empresa para que os trabalhadores pudessem também investir na firma, o que lhes foi negado - bem como também foi negado um plano para que o Estado Espanhol financiasse um programa de compra de ações pelos empregados (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 33). A partir disso, com

todas as portas fechadas, Arizmendi, conjuntamente com cinco de seus mais destacados pupilos, decidiu criar alternativas coletivas que realmente beneficiassem os trabalhadores da região: a primeira das cooperativas da ECM, denominada Ulgor, foi fundada em 1956. A cooperativa fabricava fogões a querosene, mas rapidamente buscou diversificar e ampliar sua linha de produção focando em produtos de maior valor agregado.

Em 1959 Arizmendiarieta impulsiona a criação de uma cooperativa de crédito, a Caja Laboral Popular (CLP, hoje Laboral Kutxa),

Antes mesmo que tivessem resolvido inteiramente seus problemas técnicos e de comercialização iniciais, Don Jose Maria (Arizmendi) começou a conversar com os líderes da Ulgor sobre a criação de um banco cooperativo. **Seus estudos o haviam convencido de que um banco cooperativo ou uma cooperativa de crédito era indispensável para qualquer sucesso de uma cooperativa de trabalhadores.** Ele acreditava que uma cooperativa não conseguiria levantar suficiente capital por via de investidores privados, e bancos seriam relutantes em emprestar para cooperativas de trabalhadores, e além disso, a cooperativa perderia sua independência se ficasse endividada com um banco privado. (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 49) (grifo nosso)

O que eles, em seus depoimentos, contam (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 50) é que a ideia apresentada era visionária, mas descolada de seus conhecimentos práticos, suas histórias e mentalidades - afastadas do mundo da finança e dos bancos, e que por isso lhes parecia fantasiosa. Arizmendi continuou pacientemente seus estudos acerca das leis necessárias à constituição do banco cooperativo, ao mesmo tempo em que insistia na importância e necessidade da instituição financeira. A sua solução foi apresentar um fato consumado: o governo espanhol exigia que, para a criação de um banco, fosse apresentada uma minuta da reunião que decidiu criar a instituição, e Arizmendi forjou as assinaturas de seus colegas, necessárias à validade do documento (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 50).

Outro aspecto relativo à *Caja Laboral Popular* que vale a pena ser mencionado é que ela tinha duas funções principais: de um lado, servir como instituição cooperativa de poupança e investimento, e de outro, garantir a aposentadoria dos trabalhadores cooperados em outras cooperativas - e essas duas funções fizeram com que a *Caja* se tornasse, também, a primeira cooperativa de segundo grau no sistema de Mondragón.

A função relativa à seguridade social e aposentadoria se deve ao fato de que, sob a legislação espanhola de então, não havia previsão de proteção a membros de cooperativas, que deveriam estabelecer um programa próprio para tais fins. Essa fraqueza veio a se

constituir em uma fortaleza, posteriormente, quando fez-se necessária uma maior união e cooperação para que se criassem as condições institucionais e financeiras de pagamento daqueles benefícios. Essa função de seguridade social do grupo cooperativo foi posteriormente transferida para a entidade Lagun-Aro, que se encarrega dos planos cooperativos de previdência, da gestão do desemprego, das questões de acidentes e pagamentos de seguros trabalhistas.

Desenvolvendo-se paulatina e progressivamente, a ECM criou uma série de outras instituições cooperativas que se mostravam necessárias ao bem-estar de sua população, sendo dignas de nota, dentre tantas outras, a universidade cooperativa (Mondragón Unibertsitatea), a ALECOOP (em que os estudantes estudavam e trabalhavam em turnos), e os centros de investigação tecnológica cooperativos.

A título de conclusão dessa apertada síntese histórica, vale reproduzir a reflexão de WHYTE e WHYTE, quando afirmam que

Durante o período de expansão, os líderes de Mondragón não apenas aplicaram os princípios de Rochdale. Eles criaram uma gama de invenções sociais, desde uma estrutura organizacional de seus trabalhadores cooperados, até formas híbridas de cooperativas de agricultura e serviços, como a Alecop; e também por design de cooperativas de segundo grau que conectaram a crescente rede de organizações. A visão dos líderes não estava limitada à construção de cooperativas individuais. Ao invés, eles dedicaram-se a desenvolver um modo cooperativo de trabalho e de vida. Foi essa visão que os guiou a descobrir novos meios de resolver problemas práticos do desenvolvimento organizacional. (1991, p. 56-7)

A esse modelo denominou-se de intercooperação cooperativa, mas com uma originalidade impressionante, completamente distinta do modelo cooperativista empregado em todo o mundo.

O papel central da cooperativa de crédito *caja laboral popular* no período inicial de conformação do complexo de Mondragón

Como forte indicador de sua relevância, tanto social como econômica, cabe ilustrar que a *Caja Laboral Popular* (CLP) cresceu exponencialmente ao longo dos anos, saindo de uma cooperativa com dois funcionários em 1959, para se tornar “uma das instituições mais

lucrativas e poupadoras de toda a Espanha, e exercia um papel central no fortalecimento do complexo de Mondragón” (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 68).

Primeiramente, é relevante explicar como funcionava a estrutura organizacional da CLP, sua democracia interna, pois sua gestão, como se verá, conta também com a participação das cooperativas para as quais a CLP foi inicialmente criada. A gestão se organizava da seguinte maneira: a assembleia geral é estruturada para servir as cooperativas a que a CLP presta serviços, bem como também dos trabalhadores da própria cooperativa de crédito, que estão em desvantagem numérica de dois para um - ou seja, dois funcionários representantes externos para cada representante que trabalha na CLP, (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 68). Esse equilíbrio instável, concepção original que Arizmendiarrieta iria empregar em um sem número de organizações de primeiro e principalmente, de segundo grau, servia para contrabalançar interesses e evitar que a categoria de sócios com maior número, assumisse o controle da entidade e a utilizasse com finalidade corporativista.

Verificava-se por exemplo, na composição do conselho uma situação que, em um primeiro momento, pode causar estranheza: “[a CLP] encontra-se na pouco convencional e dúbia posição de ser controlada por seus principais devedores. Se um banco privado fosse assim controlado, esperaria-se que os devedores cuidariam de seus próprios interesses, o que resultaria em descapitalização” (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 68). Não é, porém, o que aconteceu com a CLP. Como se verá, foi implementado um formato de contrato de associação, estabelecido entre a cooperativa de crédito e as cooperativas individuais, que se mostrou de suma importância para o conglomerado como um todo, vez que continha particularidades e generalidades que formavam algo semelhante a uma simbiose entre ambas.

Inicialmente, cabe ressaltar que os direitos democráticos das cooperativas individuais só poderiam ser exercidos *dentro* das condições fixadas no contrato de associação, não havendo liberdade de organização fora daqueles termos acordados. A relação se torna uma relação de benefício mútuo na medida em que se percebe que, para a cooperativa individual, era ofertada uma ampla gama de serviços financeiros e empresariais, incluindo assessoria para investimentos e assistência gerencial e técnica. As taxas de empréstimo também eram menores do que aquelas dos bancos privados. E a proximidade entre ambas instituições favorece a confiabilidade e relevância dos

investimentos aplicados às indústrias, já que investimentos especulativos estavam descartados pelo contratante e contratado (KASMIR, 1996, p. 33).

Sendo a CLP uma cooperativa de segundo grau (a primeira do complexo), e de acordo com o formato de associação exigido, os contratos firmados com cooperativas individuais governavam também as estruturas de gestão e asseguravam que permanecessem democráticas: não poderia haver discriminação de nenhuma ordem, seja de gênero, racial ou religiosa; qualquer um que quisesse poderia entrar na cooperativa, ressalvada sua necessidade financeira; toda e qualquer cooperativa deveria estabelecer o sistema um membro um voto; para se juntar a uma cooperativa, o membro deveria contribuir com certa quantia de capital, que seria então descontada dos rendimentos desse trabalhador, não podendo ser menos de 80% ou mais de 120% do que a própria CLP cobra de seus próprios trabalhadores. Ainda, o contrato estabelecia políticas a serem seguidas a respeito da alocação de recursos para fins sociais, para os fundos de reserva e para as partes das sobras dos cooperados.

Nota-se, ademais, a estratégia adotada em relação à distribuição da renda do trabalho dos cooperados, que é destinada a i) projetos sociais, (10% dos resultados); ii) ao fundo de reserva, para prover períodos de crise, e iii) a parcela própria destinada aos trabalhadores. A parcela própria é depositada nas contas dos cooperados (na CLP), não podendo ser distribuída em dinheiro. Esse dinheiro dos cooperados é remunerado duas vezes ao ano a uma taxa 3% superior àquela paga pelo Banco Central Espanhol, favorecendo assim uma acumulação de capital disponibilizado posteriormente às cooperativas, em detrimento da acumulação pessoal (WHYTE e WHYTE, 1991, p. 70).

Um dos objetivos centrais de toda essa política era empregar o máximo possível de pessoas, mesmo se o compromisso com novos investimentos tivesse de ser feito, desde que não se perdesse competitividade no mercado. Para que a dependência de recursos não ficasse insustentável, ficava estabelecido no contrato que os recursos próprios para investimento deveriam ser pelo menos o dobro daqueles oferecidos pela CLP. Esse compromisso com a criação de empregos serve para ilustrar o sentido do comprometimento social do complexo cooperativo de Mondragón.

Temos, portanto, uma gama de vantagens advindas de um claro direcionamento e condução que a *Caja Laboral Popular* exerceu sobre as cooperativas associadas. Essa forte orientação trouxe evidentes ganhos à forma organizacional democrática, à eficiente

condução econômica, e aos princípios ideológicos das cooperativas associadas. À primeira vista, porém, pode parecer que os contratos produziam uma forma de controle excessiva, que limita demasiadamente a liberdade de atuação individuais (na forma com que conduzem suas atividades), mas há que se recordar, de um lado, que o conselho da CLP é composto por duas vezes mais cooperados externos do que internos - o que lhe confere o necessário caráter democrático - e, de outro, o papel de coesão e inter-cooperação gerado pelos contratos de associação, sem o qual a ECM certamente não teria a força que hoje possui.

Outro papel digno de nota que a CLP assumiu foi, a partir da liderança e visão de Arizmendi, financiar e apoiar a instalação de centros de pesquisa para aplicação industrial. WHYTE e WHYTE (1991, p. 63) relatam que a sabedoria comum do povo sobre as cooperativas era de que, mesmo se elas conseguissem superar os difíceis problemas relativos às questões democráticas internas, elas não sobreviveriam por muito tempo, porque estavam condenadas a fracassar por sua falta de competitividade tecnológica com firmas capitalistas.

Marx (2013, p. 391) expõe o que chama de “leis compulsórias da concorrência”, mostrando que a determinação essencial do modo de produção capitalista (a busca incessante por excedente, ou mais-valor), aparece na cabeça dos capitalistas como força motriz de suas ações - nesse caso, um imperativo social, que explica o impulso determinante para a pesquisa em ciência e tecnologia (C&T). O desenvolvimento tecnológico aplicado à produção traz vantagens concorrenciais na medida em que aumenta a produtividade por hora trabalhada, diminuindo o tempo de trabalho em que o trabalhador somente paga sua própria reprodução³, e aumentando, conseqüentemente, o tempo de mais-trabalho que compõe os lucros (MARX, 2013, p. 393). Harvey (2013, p. 168), comentando o livro de Marx, assevera que esse mais-valor extraordinário é efêmero, porque só dura até o momento em que as empresas concorrentes adquirem a nova tecnologia e a estabelecem como um novo padrão de mercado.

³ Essa diminuição pode ocorrer de duas maneiras: seja diminuindo o valor dos produtos que compõem a cesta de consumo de todos os trabalhadores (alimentos, roupas, moradia), o que faz com que seus custos de vida (e portanto custo de reprodução da força de trabalho) fique mais baixo; seja de modo individual, produzindo inovação tecnológica em uma unidade de produção específica, que reduz o tempo de trabalho que o trabalhador destina a seu próprio salário (MARX, 2013, pgs. 390-92).

Trata-se, portanto de um duro jogo de competição em que capitais disputam de diferentes maneiras quem irá possuir maiores taxas de lucro, e quem não conseguir sobreviver, está fora do mercado. Em cooperativas, entretanto, a divisão dos excedentes (lucros) é gerida coletivamente, e não apropriada por um proprietário privado. Mas isso não elimina o fato de que as cooperativas estão inseridas no sistema de mercado e precisam, necessariamente, seguir as regras impessoais de funcionamento do modo de produção capitalista - ou seja, produzindo lucros, competindo no mercado.

Como já mencionado acima, a perspicácia e o direcionamento (derivados de seus aprofundados estudos de questões econômicas e sociais) de Arizmendi fez com que a CLP oferecesse seu indispensável suporte à pesquisa industrial; e ressalte-se que sem a intervenção decisiva do padre basco, o complexo de C&T não teria sido qualitativamente transformado em um grande centro de pesquisas⁴, pois, conforme relatam WHYTE e WHYTE (1991, p. 64), os pioneiros da primeira cooperativa (a Ulgor) não haviam concordado com o grande investimento necessário à expansão do centro (mais especificamente para a construção de prédios, laboratórios, e local para as máquinas). Posteriormente, como quase sempre acontecia, foram convencidos de sua necessidade imperiosa para a sobrevivência no médio e longo-prazo, e concordaram em oferecer o suporte da CLP ao empreendimento.

Para além do modo específico como a *Caja Laboral Popular* exerceu sua influência e controle legal sobre as cooperativas individuais, o ponto seguinte investigará a importância do Capital Financeiro - aqui encarnado nas figuras da cooperativa de crédito CLP e outras entidades associadas - como elemento necessário, que garantiu a capacidade de poupança e investimento ao complexo cooperativo de Mondragón, em seu desenvolvimento e competitividade contínuos, tornando-se um dos maiores grupos econômicos de toda a Espanha. Mas, evidentemente, a análise da importância de um sistema de crédito forte pode ser aplicada a outras experiências, principalmente à experiência brasileira.

⁴ Denominado Ikerlan, foi instalado no seu novo prédio, marcando sua existência efetiva, em 1977. Hoje, o complexo de cooperativas de Mondragón possui 15 centros tecnológicos, além da Universidade Cooperativa, compondo entre si a agrupação de Conhecimento.

O CAPITAL FINANCEIRO ENQUANTO FORMA DOMINANTE DE ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO SISTEMA ECONÔMICO

Sobre a dependência da indústria ao capital financeiro dos bancos, remetendo-se a um período histórico mais incipiente do desenvolvimento capitalista, Hilferding (1963) explica que, nas origens do capitalismo, o dinheiro disponível para investimento vinha de duas fontes: do fundo das classes não produtivas, e do fundo de reserva das classes industriais e comerciais. Com o desenvolvimento do sistema de crédito, cresce aquela quantia de dinheiro à disposição para investimento. Ou seja, havia muito mais dinheiro disponível do que somente as reservas dos capitalistas individuais alcançariam isoladamente. Cresce também, progressivamente, a soma de dinheiro que as classes não-produtivas alocavam nos bancos - que, por sua vez, recolocavam nas mãos dos industriais (HILFERDING, 1963, p. 253). Isso tem como consequência o fato de que “aumenta assim a dependência da indústria em relação aos bancos. Por outro lado, os bancos somente podem atrair os fundos das classes improdutivas, e reter em suas mãos a crescente massa ociosa de dinheiro, se pagam juros por esses fundos” (HILFERDING, 1963, p. 253).

A questão, portanto, da importância do capital financeiro para as indústrias, no momento em que o capitalismo começa a entrar em sua maturidade, é assim resumida pelo autor austríaco:

A dependência da indústria em relação aos bancos é, pois, a consequência das relações de propriedade. Uma parte cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o empregam. Não podem dispor desse capital senão através do banco, que frente a eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco tem que fixar na indústria uma parte cada vez maior de seus capitais. Assim, se converte em capitalista industrial em proporções cada vez maiores. (HILFERDING, 1963, p. 253-4)

Aí se revela a importância de Mondragón ter constituído seu próprio sistema financeiro, necessidade percebida por Arizmendiarieta quando da criação da CLP.

David Harvey (2014), em seu livro de comentários ao Capital II de Marx, assevera no mesmo sentido, apontando a decisiva importância do sistema próprio de crédito:

E talvez seja significativo que a cooperativa de trabalhadores que está há mais tempo na ativa - a Mondragón, fundada no País Basco em 1956, sob a Espanha fascista - só tenha obtido sucesso, em parte, porque criou suas próprias instituições de crédito e funções de mercado, traçando assim uma estratégia política que abarcava todos os três ciclos. (2014, p. 90)

Marx (2014) desenvolve as diferentes funções específicas, que unidas formam o capital industrial⁵: o ciclo do capital monetário, ciclo do capital-mercadoria, e o ciclo do capital produtivo. É isso que Harvey tem em mente quando, na passagem citada, comenta o sucesso do conglomerado de Mondragón. Não basta uma estratégia de autogestão que, focando-se apenas na esfera produtiva, ignore o fato de o capital se constituir pela unidade entre produção e realização - em outras palavras, que “seria ilusório, portanto, acreditar que mudanças na produção poderiam ter longo alcance sem a realização de mudanças radicais no funcionamento dos outros ciclos” (HARVEY, 2014, p. 89).

O modo capitalista de produção passa por tendências e configurações específicas a depender de seu estágio de desenvolvimento. Lenin sustenta que “O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.” (sem data, p. 20). Chesnais, por sua vez, discorrendo sobre o estágio capitalista atual, principalmente pós segunda guerra mundial, afirma que “O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica de capitalismo na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (2005, p. 35). Significa dizer que há diferenças e especificidades relevantes em nossa configuração econômica e societária global atual em relação a períodos precedentes. Se, por um lado, ainda são de suma importância as empresas tradicionais (sejam elas nacionais ou transnacionais) que produzem os bens e serviços utilizados em nosso cotidiano, por outro, progressivamente vão ganhando notoriedade e centralidade aquelas empresas bancárias e não-bancárias (que caminham paralela ou conjuntamente às empresas produtivas).

Essas instituições operam o denominado “capital financeiro”, também chamado por “capital portador de juros” por Chesnais. Em suas palavras:

⁵ Com a ressalva de que “Capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo não designam aqui, portanto, tipos autônomos de capital, cujas funções constituem o conteúdo de ramos de negócio igualmente autônomos e separados entre si. Designam, nesse caso, apenas formas funcionais específicas do capital industrial, formas que este assume uma após a outra” (MARX, 2014, p. 131)

Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a títulos de posse de ações e enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (2005, p. 35)

Não foi um processo que ocorresse, entretanto, sem que os Estados nacionais intervissem no sentido de liberalizar a movimentação dos fluxos de capitais nos mercados mundiais. A essa atitude de liberalização tomada pelos Estados nacionais, somou-se uma progressiva influência de investidores institucionais (tais como fundos de pensão, sociedades de seguros, fundos coletivos, etc.) que “fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão” (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Houve também o crescimento gradativo dos mercados especializados (compostos por mercados de títulos das empresas), que ofereciam liquidez aos seus investidores. A liquidez era uma vantagem evidente porque permitia aos investidores financeiros, em épocas de estabilidade, adquirir ou vender ativos financeiros (títulos do tesouro, obrigações e ações de empresas na bolsa de valores, bônus etc.) quando bem desejassem (CHESNAIS, 2005, p. 37).

O autor francês também destaca que essa forte centralização financeira é, na realidade, um subproduto da “época de ouro” dos capitalismo norte-americano e europeu, que já haviam deixado a grande crise de 1929 para trás. As famílias desses países, principalmente as norte-americanas, começaram a investir significativamente em títulos de seguro de vida, gerando uma grande acumulação financeira nesse tipo de empresa - motivo pelo qual até hoje são essas companhias que centralizam ativos financeiros mais elevados. Outro fato digno de nota, foi a regulamentação e obrigatoriedade de os trabalhadores receberem salários através de contas em bancos, fazendo, assim, com que uma quantia considerável de dinheiro (que antes não era contabilizada) afluísse em direção a eles. Isso, por consequência, “aumentou a escala de suas operações de crédito, bem como de aplicações a curto ou muito curto prazo com a mais alta remuneração que eles podiam

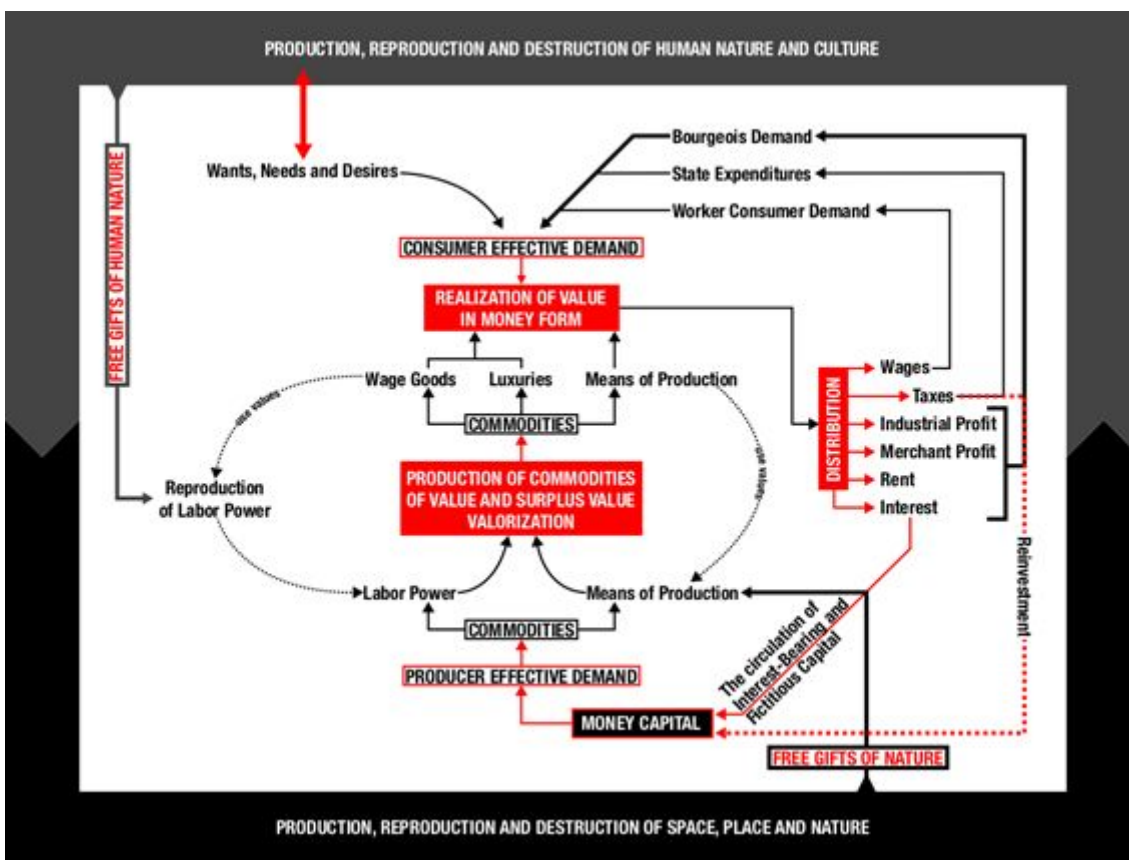
obter no dia em que um mercado financeiro desregulamentado foi reconstituído” (CHESNAIS, 2005, p. 38).

Em síntese, para que esse processo de financeirização se tornasse verdadeiramente global, foram necessários alguns passos:

Classicamente, os autores distinguem três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária ou financeira, a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional. (CHESNAIS, 2005, p. 46)

Trata-se de uma forma específica de propriedade capitalista, que não pode ser modificada sem que se alterem suas bases de sustentação e as relações sociais que lhes são subjacentes.

Além dos elementos acima elencados, alguns autores têm trazido o debate do estágio atual de financeirização da economia em que o capital financeiro exerce um papel de rapina internacional ao se apropriar de bens públicos privatizados e de bens da natureza anteriormente fora de seus domínios, como as águas, energia e mesmo o genoma. Essa nova situação é esquematicamente demonstrada por Harvey.



Fonte: HARVEY, 2018

Nesse estágio a apropriação dos bens naturais ou tomados do Estado representaria segundo Harvey, uma nova fase de acumulação por despossessão, ou acumulação primitiva, em novos termos, ainda como parte do processo de expansão do domínio do capital. Nessa fase, a destruição da natureza, a superexploração de trabalhadores (escravização), a decomposição de Estados nacionais para poder acumular, levaria a humanidade a estágios de barbárie, só contidos pela organização e luta da classe trabalhadora.

O exemplo de Mondragón, nos mostra possibilidades outras que não os ditames destrutivos desse capital especulativo. Portanto, compreender o que dá fortaleza à experiência cooperativa de Mondragón pode trazer importantes lições para organizações que busquem construir modelos alternativos de cooperativismo e associativismo, ao passo que logrem sobreviver nas duras condições da transição dentro ainda dos ditames do modo capitalista de produção.

Mondragón como conglomerado de Capital Financeiro Cooperativo

A explicação para o segredo do sucesso de Mondragón como experimento cooperativo avançado que conseguiu sobreviver à concorrência do mundo capitalista, mantendo um ecossistema inovador, forte economicamente, e com grande participação social, é de importância pública e um elemento notório no campo da economia social e solidária, que vem sendo estudado há muitos anos, despertando interesses os mais variados. Uma vertente pouco explorada diz respeito a analisar o experimento cooperativo de Mondragón como uma forma de conglomeração de capital financeiro de tipo cooperativo, tese que estamos buscando analisar e que, de forma preliminar, buscamos alinhar no presente artigo.

O que aparece, no jargão do ramo, como “intercooperação cooperativa” é ao nosso ver a pedra angular de todo o processo, ainda que por si só, não consigam explicar toda a fortaleza dessa experiência que nos demonstra ser possível construir uma sociedade organizada em torno da primazia do trabalho, em que o capital exerça uma função acessória. Contudo, entendemos que este definitivamente não é o caso da experiência de Mondragón, no momento atual, e visto que se defronta com competidores capitalistas em mercados oligopolizados. Vamos aqui elencar alguns elementos introdutórios que deverão ser melhor explicados e aprofundados a partir de pesquisas empíricas e desenvolvimento teórico a ser realizado *a posteriori*.

Em primeiro lugar iremos descrever como funciona a lógica das coops de mondragón. Cada cooperativa ao se incorporar ao grupo, preserva parte de sua autonomia, mas ao mesmo tempo exerce uma renúncia parcial, e temporária, à mesma. É um processo de autonomia combinada com vinculação estratégica às agrupações cooperativas. Nesse caso, a cooperativa não pode exercer competição interna com outras cooperativas da corporação, nem pode traçar estratégia autônoma em relação às decisões da sua agrupação, nos temas salariais, nas normas laborais e na definição de cargos. Entretanto a cooperativa preserva a autonomia básica de, se assim optar sua assembleia geral, abandonar o grupo cooperativo.

Vinculado a esse elemento, cada cooperativa se constitui assim, em uma entidade contida em si mesma, que tem grande parcela de autonomia em suas decisões estratégicas e

que pode e deve se autodeterminar enquanto entidade de base do sistema. Ela deve buscar gerar excedentes econômicos, sem o que seu destino é o encerramento de atividades. Para tanto, essas cooperativas devem necessariamente impor, de uma certa forma, uma autoexploração dos trabalhadores, estabelecendo uma disciplina laboral compatível com as empresas capitalistas do seu setor; além de estipular ganhos laborais semelhantes aos operários das fábricas capitalistas do entorno, como antecipação de sobras.

Esse mecanismo é denominado de “solidariedade externa” com os demais trabalhadores da zona, e tem uma argumentação importante por detrás: os soldos dos sócios devem estar no máximo 15% acima dos ganhos de outros trabalhadores, mesmo que a cooperativa tenha condições de pagar mais. Com a capitalização dos excedentes econômicos não distribuídos em forma de sobras, se formam fundos de investimento próprios que servirão para expandir as atividades da cooperativa e o crescimento do número de postos de trabalho gerados pela mesma, ampliando seu benefício regional. Além desse mecanismo estabeleceu-se como forma de solidariedade interna, a limitação dos ganhos dos maiores salários internos para 5 vezes o menor salário pago na cooperativa. Obviamente, a combinação desses dois sistemas leva a que excedentes econômicos possam ser acumulados na cooperativa, e disponíveis para investimentos na expansão ou melhoria de atividades.

A pertença ao sistema possibilita receber apoios (assim como obriga a contribuições), mas não exige a cooperativa de base pela responsabilização acerca de seus resultados. E para atuar nos mercados em que decida, se vincula em geral a uma agrupação cooperativa, junto a outras cooperativas de Mondragón. A agrupação se constitui numa das formas fundamentais de intercooperação do sistema. Em geral as agrupações definem-se por tecnologia ou por mercado. E as cooperativas devem buscar sinergias possíveis, ainda que nesse quesito haja liberdade mais ou menos ampla, de acordo com as características das agrupações. Entretanto, em toda agrupação as cooperativas devem realizar conversão de resultados, ou seja, parte das sobras líquidas ao final do ano são destinadas a fundos da agrupação e da corporação (deixando de pertencer à cooperativa individual, e passando a fazer parte dos fundos coletivos de investimentos).

Os fundos de intercooperação exercem papel importante no direcionamento e alavancamento dos investimentos das cooperativas e, inclusive, na criação de novos empreendimentos empresariais (que num primeiro momento não costumam adotar a forma

cooperativa). A existência desses fundos, junto aos recursos da CLP e os valores acumulados pela entidade de previsão social do grupo cooperativo (Lagun Aro), constituem formidáveis recursos de reserva a serem alavancados por ocasião dos frequentes reinvestimentos produtivos desenvolvidos pelas empresas do grupo.

A estratégia de crescimento das cooperativas de Mondragón, desde seu início buscou mirar segmentos de alto valor agregado, abandonando segmentos altamente canibalizados e de baixa rentabilidade. Com exceção dos primeiros anos, em que devido ao fechamento econômico da Espanha, devido à ditadura Franquista, não se permitia a importação de bens de consumo duráveis, as cooperativas sempre procuraram diversificar atividades, ingressando nos segmentos de “alta gama”, muito mais rentáveis, possibilitando melhoria contínua de salários, combinado com formação de poupança coletiva compulsória para financiar a expansão do emprego (das cooperativas).

Ainda, Arizmendiarieta depositou empenho estratégico no papel da Escola Politécnica (depois MU) na formação de trabalhadores qualificados e logo mais tarde, na realização de atividades de P&D de novos processos e produtos industriais necessitados pelas cooperativas do grupo. É de um ramo da MU que se destacam os pesquisadores que irão conformar a primeira cooperativa de geração tecnológica (Ikerlan, já mencionada). Sua visão estratégica permitiu superar um dos limites do cooperativismo frente à concorrência capitalista: sua incapacidade de inovação. Esse ecossistema inovativo se reforçava mutuamente. As cooperativas dedicavam parte dos fundos comunitários (10% das sobras) para manter a Universidade de Mondragón e depois os centros tecnológicos cooperativos. Estes, priorizavam pesquisas e atividades de desenvolvimento tecnológico voltados às necessidades das cooperativas⁶, alavancando a qualificação de seus produtos e serviços no mercado.

Entretanto, ainda que esses (e outros elementos de intercooperação não explorados no presente texto) tenham papel importante para explicar o sucesso da permanência de Mondragón, entendemos que não conseguem explicar suficientemente a questão central em uma disputa intercapitalista em tempos de capital monopolista e de disputa interimperialista dos mercados internacionais. Essa questão reside na capacidade de geração e alavancagem de capitais necessários à contínua expansão produtiva e

⁶ Tal fórmula é ainda hoje característica da MU, que se vangloria da metodologia dual de formação (ensino e trabalho concomitantes) e de sua estreita vinculação com o mundo da empresa. A esse respeito ver: <https://www.mondragon.edu/es/investigacion-transferencia>

tecnológica, à geração e apropriação de mais valia e à deslocalização das fábricas cooperativas para mais de 40 países atualmente.

Para isso, Mondragón contou e foi construindo historicamente com instrumentos de centralização do capital financeiro cooperativo, consolidando-se como uma agrupação capaz de fazer frentes a grandes blocos de capital financeiro em disputa pelos mercados, especialmente do segmento industrial. Para isso a cooperativa de crédito CLP, a entidade de previsão social e seguros Lagun-Aro, os fundos financeiros de intercooperação e os fundos próprios individuais de cada cooperativa, se constituem num entramado articulado e potente de geração de capitais, e de geração e captura do excedente e do valor econômico gerados pelos quase 90 mil trabalhadores vinculados à agrupação cooperativa, em todo o mundo.

Obviamente nos faltam ainda muitos elementos para a caracterização dessa realidade. Aspectos que somente poderão ser obtidos a partir de pesquisas empíricas, que pretendemos realizar nos próximos anos, e que devem contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno Mondragón, a partir de uma perspectiva crítica iluminada pelo materialismo histórico e dialético.

Considerações finais

O presente texto representa uma fase inicial da pesquisa que visa avaliar a parceria histórica entre setores da Experiência Cooperativa de Mondragón, do País Basco (Estado Espanhol) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Brasil. O texto visou caracterizar inicialmente o desenvolvimento histórico de Mondragón, buscando salientar aspectos relacionados ao desenvolvimento da intercooperação cooperativa nessa experiência.

A parceria nos permitiu conhecer de perto a experiência de mondragón seja em nível macro, seja no conhecimento da dinâmica mesma de funcionamento interno das cooperativas, na postura de seus associados, na sua visão de sociedade e de desenvolvimento, no estabelecimento de relações de solidariedade internacional. Intrigados pelo potencial de aprendizado contido na ECM buscamos em diversos momentos sistematizar e sintetizar os elementos centrais da mesma. O tema abordado no presente artigo visa complementar e qualificar o entendimento acerca da experiência e de sua reprodutibilidade em condições distintas das do País Basco.

Durante certo período foi possível que a CLP, cooperativa de crédito do grupo (que nos seus anos iniciais somente fazia empréstimos a cooperativas e não a sócios individuais, ainda que captasse recursos dos mesmos), exercesse um papel trator na criação e direcionamento das atividades e metas de cada uma das cooperativas associadas. Entretanto, com o aperto na legislação internacional bancária e de regulação do sistema financeiro, foi sendo gradualmente impossibilitado o exercício dessa atividade pela CLP. Com isso houve a necessidade de se repensar essa função, que passa a ser exercida por outra entidade da agrupação, a Corporação Cooperativa de Mondragón (MCC).

A criação de MCC - superestrutura necessária para substituir o papel exercido anteriormente pela CLP e que com as restrições impostas ao segmento financeiro não mais seriam possíveis, colocando em risco a estrita disciplina financeira das cooperativas, levou a estrutura do grupo a um terceiro nível, obrigando à criação de mecanismos novos para assegurar em algum grau a gestão democrática colegiada do complexo cooperativo, sobre a qual há controvérsias dentro e fora das fileiras de Mondragón.

Entendemos que a linha investigatória apontada no presente trabalho tem grande potencial explicativo⁷. E em confirmando isso, poderemos ter uma compreensão mais clara do que fazer para ampliar experiências que se inspirem no modelo Mondragón, mas que procurem se diferenciar a partir seja do momento histórico em que nos encontramos, seja dos aspectos culturais, de mercado e do posicionamento relativo dos países na divisão internacional do trabalho frente à dominação capitalista da economia.

Obviamente muitas perguntas restam ser esclarecidas. Dentre elas,

- Quais as diferenças de mondragón para outros tipos de conglomerados financeiros capitalistas?
- Que contradições essa forma orgânica adotada por Mondragón impõe ao modelo?
- Quais lições para a construção de experiências cooperativistas no brasil e no mundo.

Para respondê-las o aprofundamento das pesquisas e reflexões se faz necessário.
Mãos à obra!

⁷ No Congresso de MCC a ser realizado em Novembro de 2018, sintomaticamente, o tema da palestra principal será “Distribuição de resultados para reforçar os recursos próprios”. Essa discussão visa “garantizar la sostenibilidad de los negocios a futuro, desarrollando la fortaleza patrimonial de las cooperativas en el tiempo y consiguiendo una mayor solidez de estas para las generaciones presentes y futuras” (TU LANKIDE, 2018, p. 5).

Referências

1. CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
2. HARVEY, David. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
3. _____. **Para entender O capital: Livros II e III**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
4. _____. **Production and reproduction of human nature**. fig. in: https://progressivegeographies.files.wordpress.com/2017/02/harvey_visualizing-capital_value.jpg?w=1280. ult. acesso em 16 set 2018.
5. HILFERDING, Rudolf. **El Capital Financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, S.A., 1963.
6. KASMIR, Sharryn. **The Myth of Mondragón**. Cooperatives, Politics, and Working-class Life in a Basque Town. Albany: State University of New York Press, 1996.
7. LENIN, Vladimir. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/>>. Ult. acesso em 16 set 2018.
8. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
9. _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
10. MONDRAGÓN. **Indicadores Económicos**. In: <https://www.mondragon-corporation.com/pt-pt/sobre-nos/indicadores-economicos/>. acesso 16 set 2018.
11. TU LANKIDE. Mondragón celebrará su Congreso 2018 el proximo 14 Noviembre. In: **TU-LANKIDE**, num. 605. Aretxabaleta: Mondragón. 2o. tri 2018.
12. WHYTE, William Foote; WHYTE, Kathleen King. **Making Mondragon: the growth and dynamics of the worker cooperative complex**. Ithaca, ILR PRESS, 1991.